U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

Modelos explicativos e metodologias de medição do sentimento de insegurança: uma revisão exploratória do estado da arte

Carolina Sato de Borba

M

2025

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Modelos explicativos e metodologias de medição do sentimento de insegurança: uma revisão exploratória do estado da arte

Carolina Sato de Borba

Outubro, 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de especialização de Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Inês Nascimento (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta dissertação, o/a autor/a declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O/A autor/a declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que me acompanharam durante este projeto. Poder mergulhar na literatura do sentimento de insegurança foi motivo de muita satisfação, e eu sei que minha visão de mundo foi afectada e instigada por este trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Rui Serôdio, e à minha co-orientadora, Professora Doutora Ximene Rêgo, pelos insights e por terem me auxiliado na jornada de produzir conhecimento científico.

Agradeço também ao meu namorado, e aos meus amigos e companheiros que compartilharam o seu afecto e suas ideias comigo ao longo deste processo.

Agradeço também os meus pais, meus avós, minhas tias e toda a minha família. O amor que eu recebo de vocês me faz forte.

Obrigada aos meus amigos do Pátio 44, por terem me apoiado com um ambiente de trabalho caloroso e compreensivo, que me acolheu como trabalhadora-estudante.

Resumo

O sentimento de insegurança tem sido foco de uma ampla produção de estudos por mais de cinco décadas. Sendo reconhecido como um significativo problema social que afeta a qualidade de vida de pessoas de variados locais, classes sociais e idades, inúmeras teorias foram elaboradas com o intuito de explicar os factores e dinâmicas que atravessam o fenómeno. Através de uma revisão exploratória da literatura procurou-se compreender como as diferentes tradições de pesquisa explicam o sentimento de insegurança e a suas influências na literatura contemporânea; como as divergências conceptuais e metodológicas na operacionalização do constructo limitam o avanço teórico do campo; e propor uma agenda onde o mapeamento das lacunas teóricas e metodológicas podem servir como guia para pesquisas futuras. O estudo começou por identificar as abordagens teóricas que têm dedicado esforços para explicar o sentimento de insegurança, separando-as em cinco vertentes principais: modelos individuais; modelos ecológicos; modelos comunitários; modelos psicológicos; e modelos culturais e simbólicos. Foi possível verificar a predominância das teorias dos modelos individuais, ecológicos e comunitários; consideradas abordagens tradicionais. Identificando uma lacuna de estudos que aprofundam os processos emocionais e o medo cultural e simbólico. Adicionalmente, discute-se divergências conceptuais e metodológicas na medição do sentimento de insegurança, como a utilização de instrumentos de medida multidimensional sem as adequadas validações psicométricas, colocando em causa a integridade dos constructos que os estudos propõem-se a medir. Por fim, sugestiona-se uma agenda de pesquisas que podem ser empregadas para enriquecer o estudo sobre o constructo, como a adesão de metodologias qualitativas e longitudinais; assim como a investigação de temas como cibercrime e vitimização digital.

Palavras-chave: sentimento de insegurança; medo do crime; risco percebido; vitimização; comportamentos securitários.

Abstract

The feeling of insecurity has been the focus of extensive research for more than five decades. Recognized as a significant social problem that affects the quality of life of people from different locations, social classes, and ages. Numerous theories have been developed to explain the factors and dynamics underlying this phenomenon. Through an exploratory review of the literature, we sought to understand how different research traditions explain the feeling of insecurity and its influences in contemporary literature; how conceptual and methodological divergences in the operationalization of the construct limit theoretical advances in the field; and to propose an agenda where the mapping of theoretical and methodological gaps can serve as a guide for future research. The study began by identifying the theoretical approaches that have dedicated efforts to explaining the feeling of insecurity, separating them into five main strands: individual models; ecological models; community models; psychological models; and cultural and symbolic models. May be verified the predominance of individual, ecological, and community model theories, which are considered traditional approaches. A gap was identified in studies that delve deeper into emotional processes and cultural and symbolic fear. Additionally, conceptual and methodological divergences in measuring feelings of insecurity are discussed, such as the use of multidimensional measurement instruments without adequate psychometric validations, calling into question the integrity of the constructs that the studies propose to measure. Finally, a research agenda is suggested that can be used to enrich the study of the construct, such as the adoption of qualitative and longitudinal methodologies, as well as the investigation of topics such as cybercrime and digital victimization.

Keywords: feeling of insecurity; fear of crime; perceived risk; victimization; security behaviors.

Índice

I - Introdução 1
II - Metodologia..... 2
III - Síntese de revisão da literatura..... 4

1. O sentimento de insegurança - definição conceptual..... 4
2. Modelos explicativos do sentimento de insegurança..... 6
    2.1. Modelos individuais..... 6
    2.1.1. Modelo de Vitimização..... 6
    2.1.2. Modelo da Vulnerabilidade..... 7
    2.2. Modelos psicológicos..... 10
    2.2.1. Modelo da psicologia do risco..... 10
    2.2.2. Modelo da preocupação com o crime..... 12
    2.3. Modelos ecológicos..... 13
    2.3.1. Teoria da desorganização social..... 13
    2.3.2. Teoria das janelas partidas..... 14
    2.4. Modelos Comunitários e Estruturais..... 15
    2.4.1. Modelo da Integração social..... 15
    2.4.2. Modelo da Eficácia coletiva..... 16
    2.5. Modelos culturais e simbólicos..... 16
    2.5.1. A hipótese predatória..... 17
3. Principais resultados da literatura..... 18
    3.1. Distribuição dos estudos sobre o sentimento de insegurança entre os diferentes blocos teóricos..... 18
    3.2. Divergências conceptuais e metodológicas na medição do sentimento de insegurança..... 19
    3.2.1. E então, como medir?..... 21
    3.2.2. Sem as validações psicométricas tudo é em vão..... 21
    3.3. Por uma agenda de investigação integrada e inovadora sobre o sentimento de insegurança..... 22
    3.3.1. Não é possível escapar da padronização conceitual e metodológica no estudo do sentimento de insegurança..... 23
    3.3.2. Ouvir é preciso..... 24
    3.3.3. Novas temáticas, novas tecnologias e novas possibilidades..... 26

IV - Considerações finais..... 27
V - Referências..... 28

I - Introdução

Como um dos tópicos mais importantes na criminologia contemporânea, o tema da insegurança tem ganhado espaço como uma área de investigação promissora, devido ao conjunto de consequências individuais e coletivas do fenômeno. A literatura mostra que o sentimento de insegurança afeta, entre outros factores, a qualidade de vida; promove a segregação social e a transformação de ambientes públicos em locais evitados, o que pode — de forma paradoxal — produzir efeitos contrários, contribuindo para o aumento da criminalidade (Hale, 1996; Alper & Chappell, 2012). Hale (1996), em sua revisitação clássica do sentimento de insegurança, descreve seus efeitos adversos sobre o bem-estar dos indivíduos: induzindo-os a comportamentos de isolamento, retração social e no investimento em medidas de proteção. Compreender o fenómeno é essencial para um considerável número de áreas científicas.

Em contrapartida, apesar da importância discutida, o estudo do sentimento de insegurança sempre enfrentou desafios conceituais e metodológicos. A dificuldade de operalização e os problemas metodológicos que envolvem a medição do fenómeno produziram diversas definições — impedindo generalizações úteis. Além disso, resultados conflitantes e pouca correspondência empírica cercam a sua investigação. O que explica, em parte, a ausência de um consenso teórico sólido sobre o fenômeno (Alper & Chappell, 2012). Há uma pluralidade de teorias e investigação de diferentes áreas, refletindo a complexidade e a extensão do campo. Jackson et al., (2007) indicam a constante evolução do campo de pesquisa que, em mais de cinco décadas, tem reunido uma diversidade de autores, pontos de vista e contextos nacionais.

Neste contexto, faz-se necessário realizar estudos exploratórios que mapeiem as principais lacunas teóricas e metodológicas da literatura sobre o sentimento de insegurança. O elevado volume de pesquisas produzidas dificulta a orientação de novos pesquisadores que confrontam-se com um campo extenso, heterogêneo e, por vezes, contraditório. Desse modo, identificar as inconsistências, os pontos de convergência e as direções emergentes é um passo essencial para a consolidação de uma agenda de pesquisa mais coerente e inovadora. Neste sentido, este estudo visa contribuir com a sintetização das tendências e lacunas da literatura para contribuir não apenas para o avanço teórico e metodológico da área, mas para orientar futuras investigações capazes de responder questões fundamentais que este campo de investigação continua produzindo.

II - Metodologia

Com base neste contexto, julgou-se necessário realizar uma revisão exploratória com ênfase no estado da arte, para responder ao objetivo central desta dissertação: sistematizar e interpretar criticamente o conhecimento existente sobre o sentimento de insegurança, identificando padrões teóricos, divergências metodológicas e direções futuras de investigação. De forma a representar um campo muito estudado e inflamado por uma quantidade significativa de pesquisas científicas, esta proposta metodológica mostra-se adequada para sistematizar amplamente, mas flexivelmente, as contribuições teóricas e empíricas que fundamentam o fenômeno.

O objetivo central desta dissertação consiste em compreender como a produção científica sobre o sentimento de insegurança se distribui entre os diferentes modelos explicativos oferecidos pela literatura, revelando as tendências teóricas predominantes, bem como suas relações recíprocas. Além de realizar uma análise crítica das discordâncias conceptuais e metodológicas que envolvem a medição do constructo, e em que medida elas representam limitações em termos de compatibilidade e do avanço teórico do campo. Tenta-se ainda delinear uma agenda de investigação proveniente do mapeamento das lacunas teóricas e metodológicas, o que possibilitará construir uma base para uma investigação mais integrada e coerente.

Estas intenções foram traduzidas em três questões orientadoras que sustentaram a análise da literatura:

1. Como os estudos sobre o sentimento de sentimento de insegurança distribuem-se entre os diferentes blocos teóricos?
2. Como as divergências conceptuais e metodológicas na medição do sentimento de insegurança influenciam a validade, a comparabilidade e o avanço teórico das investigações sobre o fenómeno?
3. De que forma o mapeamento das lacunas teóricas, metodológicas e políticas no estudo do sentimento de insegurança pode orientar a construção de uma agenda de investigação mais integrada, inovadora e sensível aos novos desafios tecnológicos e sociais do campo?

Para responder às questões desta dissertação, a revisão organizou-se em três eixos temáticos:

O primeiro eixo, chama-se: “Distribuição dos estudos sobre o sentimento de insegurança entre os diferentes blocos teóricos”;

O segundo eixo é nomeado de “Divergências conceptuais e metodológicas na medição do sentimento de insegurança”;

E por fim, o terceiro eixo denomina-se “Para uma agenda de investigação integrada e inovadora sobre o sentimento de insegurança”;

Para a coleta dos estudos que constituem esta revisão exploratória, foi realizado uma pesquisa nas bases de dados: Scopus, Web of Science e PsycINFO. A estratégia de busca teve como base as seguintes palavras-chaves: fear of crime; feeling of insecurity; victimization; vulnerability; risk perception; psychology of risk; collective efficacy; social disorganization theory; urban design safety e ontological insecurity. Adicionalmente, para a seleção, foram utilizados filtros para o período de 2000 a 2025, sendo limitadas as publicações em inglês e português. Os critérios de inclusão foram de artigos e revisões que abordassem direta ou indiretamente em seu conteúdo a conceptualização, a medição ou a explicação do sentimento de insegurança, abrangendo tanto os artigos empíricos como teóricos. No sentido de englobar diversidade metodológica, foram aceitos artigos de natureza quantitativa, qualitativa e mista. Foram excluídos, todos os artigos que não mantivessem relação com a segurança pública ou criminal, documentos de natureza técnica e dos que o acesso era limitado.

Referente à escolha das fontes, foram selecionados 30 artigos para constituir o estudo. A apreciação foi feita por meio de análise descritiva e interpretação temática, com maior ênfase nas ideias centrais, e na adequação teórica e relevância dos estudos para cada um dos eixos temáticos estabelecidos. Buscou-se assegurar a diversidade de metodologias e perspectivas disciplinares.

III - Síntese de literatura

1. O sentimento de insegurança - definição conceptual

Desde a década de 1960, o medo do crime tem sido responsável por um grande número de publicações, tanto no domínio da pesquisa académica como no domínio das políticas públicas (Hale, 1996). Embora a quantidade de estudos sobre o assunto seja vasta, não existe uma definição consensual do conceito. Ao invés disso, a literatura traz várias formulações, sendo algumas mais simplistas e outras mais complexas (Henson & Reyns, 2015). As primeiras definições viam o medo do crime como o nível de ansiedade e preocupação que as pessoas têm para não se tornarem vítimas (Sundeen & Mathieu, 1976), ou ainda, como uma resposta emocional caracterizada por sensação de perigo e ansiedade, produzida pela percepção de uma ameaça de dano físico, e despertada pelas pistas percebidas no ambiente referentes a algum aspecto do crime (Garofalo, 1981).

Com o passar dos anos e com as críticas que surgiram em torno das medidas e variáveis utilizadas nos primeiros estudos sobre o tema, os estudiosos foram diferenciando o medo do crime do risco de vitimização percebido. No sentido de superar as limitações de indicadores únicos e vagos surgiram propostas de maior precisão, como as taxonomias de Ferraro & LaGrange, (1987) e DuBow et al., (1979), que concebem o medo do crime como um constructo multidimensional variando reação emocional sobre o crime e perceção do risco.

No momento atual, há em parte consenso quanto à divisão: o medo do crime é uma reação emocional de medo à ameaça de ocorrer ou ter ocorrido um crime e o risco percebido é uma avaliação cognitiva da probabilidade de ser vítima de um crime (Ferraro & LaGrange, 1987; Chataway & Hart, 2016; Chadee et al., 2007). Essa diferença possui implicações analíticas sobre o tema: medo e risco, embora interligados, não são sinônimos. Alguém pode ter uma avaliação cognitiva do risco de vitimização baixa, isto é, baixo grau da expectativa de ser vítima de um crime e mesmo assim sentir grande medo e, por outro lado, um elevado grau de risco percebido pode não corresponder a um elevado grau de medo.

Durante as décadas de 1990 e 2000, a área dos estudos do sentimento de insegurança foi ampliada, incluindo novos modelos explicativos que sugeriram arranjos mais abrangentes para o fenómeno (Gabriel & Greve, 2003; Jackson, 2006). Neste trabalho, o conceito "sentimento de insegurança" é adotado, compreendido como um constructo composto por três dimensões interdependentes: a dimensão afetiva (medo do crime), a cognitiva (risco de vitimização) e a comportamental (estratégias de segurança) (Rader, 2004; Gabriel & Greve,

2003). O uso de sentimento de insegurança como conceito guarda-chuva permite entender o fenómeno numa perspetiva mais integradora. Ao separar as dimensões emocionais, cognitivas e comportamentais, o conceito revela que a insegurança não é meramente um reflexo das taxas de criminalidade, mas o efeito da interação entre condições sociais e percepções individuais. Neste sentido, a sua captura implica uma análise multifacetada, capaz de articular diferentes níveis explicativos. A maioria dos estudos que seguem o referencial analisado neste trabalho adoptam o termo "medo do crime", quer por influência da tradição criminológica anglo-saxónica, quer por se referir apenas à dimensão afectiva do constructo. Neste sentido, opta-se por manter a expressão "medo do crime" nos estudos citados, indicando, quando necessário, se eles referem-se à dimensão emocional do constructo ou se ao fenómeno abrangente. Importa salientar, aqui, que nesta pesquisa é adoptado o conceito de "sentimento de insegurança", considerado como a noção mais abrangente e integradora das várias dimensões que contempla.

Em Portugal, Agra et al., (2001), inspirados por Foucault, analisam a insegurança como um analisador epistémico, destacando quatro aspetos: transformações políticas e sociais; políticas de segurança; sentimento de insegurança e medo; e o papel do conhecimento científico. Os autores identificam três períodos distintos. O primeiro, que decorre pós-25 de Abril até 1985, é caracterizado por instabilidade social e pelo anseio de consolidar a jovem democracia, a insegurança era sobretudo política, centrada na criminalidade violenta e no terrorismo político que ameaçavam a legalidade democrática. O segundo período, entre 1985 e 1995, é marcado pela adesão à Comunidade Económica Europeia, pela modernização institucional e pela criação da Lei da Segurança Interna. Nesta fase, a segurança passa a ser entendida sobretudo como proteção de pessoas e bens, e surgem fenómenos como o tráfico e consumo de drogas, a delinquência juvenil e a imigração, que reconfiguram os medos sociais. O terceiro período, a partir de 1995, caracteriza-se pelo, associado à globalização, à sociedade da informação e a novos problemas sociais, como a exclusão e as minorias, que tornam a insegurança um tema central do debate político e mediático.

Autores como Lourenço & Lisboa, (1996) reforçam o caráter subjetivo do sentimento de insegurança, definindo-o como uma coleção de inquietações cristalizadas em torno do crime. Fernandes & Carvalho, (2000) acrescentam a ambiguidade do fenómeno, que remete tanto para experiências objetivas como para o imaginário coletivo. A dimensão objetiva e a dimensão subjetiva da insegurança são definidas pela literatura, respectivamente como:

indicadores concretos de criminalidade e desordem (Agra, 2007), e a perceção individual do risco e com o medo sentido (Romer et al., 2003; Peluso, 2014).

A discrepância entre a dimensão objetiva e a subjetiva tem sido designada de "paradoxo da insegurança". Em Portugal, esse paradoxo é evidente, visto que o país ocupa o sétimo lugar no ranking de país mais seguro do mundo, a quinta posição de Estado mais seguro da Europa, sendo o terceiro país mais seguro de toda a União Europeia (SGMAI, 2024), mas investigações realizadas pelo Observatório Permanente de Segurança (OPS) revelaram que cerca de metade da população da cidade do Porto relatava sentir medo do crime e perceções elevadas de risco (Negreiros, 1997; Machado & Manita, 2009). Este panorama evidencia que o sentimento de insegurança não pode ser entendido como simples reflexos da realidade criminal objetiva, mas como fenómeno socialmente construído, no qual fatores individuais, sociais e simbólicos se interligam.

A evolução histórica e conceptual aqui descrita permite compreender como o estudo do sentimento de insegurança consolidou-se enquanto campo de investigação, passando de definições vagas para uma conceptualização mais precisa e multidimensional. Esse percurso também revela a importância de distinguir entre medo e risco percebido, bem como de compreender o sentimento de insegurança como uma construção subjetiva que combina dimensões emocionais, cognitivas e comportamentais. No entanto, para além das definições, importa analisar os principais modelos explicativos que procuram compreender os factores que influenciam a insegurança. Na próxima secção, procurar-se-à traçar uma panorâmica geral dos enquadramentos teóricos que fundamentam as investigações sobre o sentimento de insegurança.

2. Modelos explicativos do sentimento de insegurança

2.1 Modelos Individuais

No domínios das pesquisas sobre o sentimento de insegurança, muitas variáveis têm sido estudadas para tentar compreender o que os determina. Contudo, ao longo das décadas, os fatores mais discutidos foram os de natureza individual, como as características demográficas — idade, género e raça.

2.1.1 O Modelo de Vitimização

O modelo de vitimização foi o resultado das primeiras tentativas de interpretação pela

literatura científica do sentimento de insegurança. Este sugere que indivíduos que foram vítimas de um crime apresentariam maiores índices de sentimento de insegurança do que os que nunca estiveram nesse papel. Assim, o sentimento de insegurança era entendido como um resultado direto da vitimização, onde quanto mais experiências reais de vitimização, mais insegurança o indivíduo sentiria de ser novamente alvo de crimes (Balkin, 1979, Liska et al., 1988, Skogan, 1986). À medida que o modelo explicativo ganhou mais atenção dos pesquisadores e mais estudos empíricos foram realizados, verificou-se um quadro inconsistente sobre a relação sentimento de insegurança e experiência de vitimização (Garofalo, 1979; Skogan, 1986; Stafford & Galle, 1984; Liska et al., 1988; Covington & Taylor, 1991; Hough, 1995; McCoy et al, 1996; Kury & Ferdinand, 1998; Rountree, 1998). Hale, (1996, p.104) em sua revisão sobre o tema, comenta: "ao nível individual, contrariamente às expectativas do senso comum, as evidências que sustentam uma relação direta entre vitimização e medo são um tanto contraditórias. Ser vítima de crime pode tornar a pessoa mais cautelosa e prudente, mas se isso a torna mais medrosa ainda é uma questão em aberto". Mesmo com estudos não demonstrando uma associação significativa entre vitimação e medo do crime (Gates & Rohe, 1987; May & Dunaway, 2000), a experiência de vitimização parece ser um melhor um preditor do sentimento de insegurança do que as taxas de criminalidade (Scheider et al., 2003), mesmo quando a vitimação é indireta (Covington & Taylor, 1991).

2.1.2. Modelo da Vulnerabilidade

Na tentativa de explicar as fracas correlações entre o sentimento de insegurança, os níveis de criminalidade e a experiência individual de vitimização, pesquisadores cunham o termo "paradoxo da insegurança": indivíduos menos propensos a serem vítimas reais de crime apresentam níveis mais elevados de sentimento de insegurança (Garofalo, 1979). Estudos mais recentes confirmam a persistência desse desalinhamento, sublinhando que os grupos menos vitimizados, como mulheres e idosos, são aqueles que relatam níveis mais elevados de receio (Machado & Agra, 2002; Jackson et al., 2007), enquanto jovens das periferias urbanas, frequentemente estigmatizados como ameaçadores, surgem paradoxalmente como os mais vitimizados e os que relatam sentir menos insegurança (Cunha & Rêgo, 2022; Jackson et al., 2007).

Para ser possível produzir explicações para este paradoxo, pesquisadores elaboram um novo modelo denominado "Modelo da vulnerabilidade", sugerindo que indivíduos que

reconhecem suas vulnerabilidades em termos fisiológicos, psicológicos e sociológicos teriam maior propensão em apresentar maiores níveis de sentimento de insegurança (Scarborough et al., 2010). O modelo alega que existem diferenças no nível do sentimento de insegurança entre subgrupos da população porque eles sentem-se incapazes de se proteger, uma vez que não conseguem correr rápido, não conseguem defender-se fisicamente de agressores, não têm condições financeiras para proteger suas casas ou porque levariam mais tempo para recuperar-se de lesões físicas ou materiais (Hale, 1996). Género e idade têm sido há muito tempo o foco das pesquisas sobre o modelo da vulnerabilidade e têm sido particularmente úteis para explicar o sentimento de insegurança desproporcional entre esses grupos (Killias & Clerici, 2000).

Em contrapartida, autores apontam para questões metodológicas que são importantes para medir o modelo. Rountree & Land, (1996) afirmam que o género não era um preditor significativo do sentimento de insegurança, mas um preditor significativo do risco percebido. Por outro lado, Sutton & Farrall, (2005) descobriram que os homens pareciam suprimir seus níveis de insegurança, e uma vez que este grupo populacional é mais propenso a serem vitimados do que as mulheres, existiria uma possibilidade de correlação entre a experiência de vitimização e o sentimento de insegurança, mas que ela tem sido ocultada pela supressão da ansiedade masculina em entrevistas ou recolha de dados.

Alguns pesquisadores sugerem que o sentimento de insegurança das mulheres em relação ao crime é irracional, pois é desproporcional à probabilidade de serem vítimas (Gordon et al., 1980; Madriz, 1997b; Pain, 1997b; Warr, 1984). Um argumento teórico alternativo para explicar esta desproporcionalidade do sentimento de segurança à luz do gênero é a hipótese da sombra da agressão sexual, que sugere que a ameaça de vitimização sexual essencialmente ofusca o medo de todos os outros tipos de crimes para as mulheres. Para elas, o medo do crime, como afeto, é essencialmente o medo da vitimização sexual (Ferraro, 1996). Visto que, a maioria das vitimizações sexuais é perpetrada contra mulheres (INE, 2023), e para muitos tipos de vitimização criminal de contato direto, como roubo ou assalto envolvendo vítimas do sexo feminino, a situação tem o potencial de se transformar em violência sexual. Em alguns casos, as mulheres temem mais a violação do que o homicídio (Ferraro, 1995, Hickman & Muehlenhard, 1997). Assim, as mulheres costumam relatar ter mais medo do crime do que os homens, não necessariamente por causa da vulnerabilidade física, mas por causa do espectro da violência sexual. Algumas pesquisas recentes encontraram suporte empírico para esta

explicação (Fisher & Sloan 2003; Hilinski, 2009; Lane & Fox, 2013; May, 2001; Wilcox et al., 2007).

A idade é frequentemente apontada como um factor que afeta o sentimento de insegurança, porém existem relatos conflitantes na literatura. Alguns autores afirmam que os mais velhos tendem a mostrar menos medo de vitimização e se percebem em menor risco (Rountree, 1998; Tulloch, 2000; Ziegler & Mitchell, 2003). Outros, no entanto, indicam que os mais jovens têm mais medo de serem vítimas (Ferraro, 1995; Lane & Meeker, 2003; Parker, 2001), uma hipótese é que os seus modos de vida e padrão de actividades tornem-os mais expostos ao risco (Rountree, 1998). Existem também aqueles que encontraram evidências que os mais velhos demonstram mais medo da vitimização e que isto, afeta diretamente a sua qualidade de vida (Haynie, 1998; Weinrath & Gartell, 1996). O que é demonstrado tão claramente no caso dos idosos é o fenómeno do "paradoxo da insegurança": eles sentem mais medo da vitimização, embora, objetivamente, estejam menos expostos ao risco. Warr, (1984) sugere que o desalinhamento do risco e do sentimento de insegurança é explicado por uma "sensibilidade diferencial". Estudos mostraram que limitações físicas, como perda de audição ou visão, dificultam a percepção de ameaças, levando ao maior sentimento de fragilidade (Feinburg, 1981). Além disso, a experiência de vitimização gera efeitos emocionais duradouros: vítimas idosas sentem-se mais perturbadas após um crime do que antes dele (Feinburg, 1981).

A relação entre raça e sentimento de insegurança, assim como o caso da idade, apresenta dados empíricos inconclusivos. Os estudos mostram que pessoas brancas vivenciam mais medo de serem vítimas de um crime do que não brancas, ou que a variável raça não tem efeito (Ferguson & Mindel, 2007; Gainey et al., 2011). Em contrapartida, existem evidências em sentido oposto, apontando que pessoas não brancas vivenciam níveis mais altos de sentimento de insegurança (Haynie, 1998; Parker, 2001; Truman, 2005). A inconsistência nos dados sugere que a raça, não é preditora forte, mas que relaciona-se com outros factores. Há autores que observam que as diferenças raciais em níveis de medo podem se originar das desigualdades sociais e culturais. Lee & Ulmer, (2000) apontam que barreiras linguísticas e culturais ajudam a explicar os altos níveis de insegurança em comunidades não brancas. Já Kaufman et al., (2008) verificaram que a pobreza, muito comum em minorias raciais, leva a maior sentimento de vulnerabilidade, isto é, a raça não deve ser analisada isoladamente, mas sim conjuntamente ao status socioeconômico e as condições contextuais.

2.2. Modelos psicológicos

A partir da década de 1990, os estudos sobre o sentimento de insegurança começam a incluir o estudo sobre os processos cognitivos e emocionais que envolvem o risco de vitimização e o medo do crime (como resposta afetiva). Reconhecendo que as respostas emocionais ao risco de vitimização deveriam ser compreendidas também através da lente das ciências psicológicas, para além das variáveis ecológicas ou sociodemográficas (Jackson, 2006). A mudança de paradigma permitiu a adoção de conceitos centrais da psicologia, como a avaliação cognitiva, autoeficácia e a percepção de controlo sobre o risco de vitimização.

2.2.1 Modelo da psicologia do risco

O modelo da psicologia do risco tem como conceito central a "perceção subjetiva da ameaça". O termo diz respeito à avaliação pessoal e emocional que cada indivíduo faz sobre a possibilidade de sofrer um crime, construída a partir da sua experiência, cognição, crenças, estado emocional e contexto social. Esta perceção envolve tanto julgamentos racionais acerca da probabilidade de vitimização como as reações emocionais imediatas que acompanham a avaliação. Os estudos de Ferraro, (1995) e Jackson, (2004) demonstram que o cálculo pessoal da probabilidade de vitimização é um importante indicador do estado afetivo do medo, interferindo na interpretação ambiental e nos símbolos sociais sobre o crime que cada indivíduo possui. Outra variável importante do modelo para explicar como um indivíduo percebe um evento de ameaça é a sua perceção de controlo sobre o risco, isto é, a sua avaliação da capacidade própria de evitar ou de reduzir o risco de ser vítima de um crime. Em outras palavras, quando o ambiente é definido como imprevisível ou avaliado como fora do domínio do controlo pessoal e comunitário daquele indivíduo, este local tende a produzir sensações de preocupação e vigilância (Tulloch, 2003, citado em Jackson, 2006).

Outras duas variáveis que, através da contribuição do termo "sensibilidade diferencial" cunhado por Warr, (1987), explicam a relação entre o risco percebido e o medo do crime como reação emocional, são: a seriedade atribuída ao crime e a vulnerabilidade percebida (Jackson, 2011). Dessa forma, em relação a seriedade atribuída ao crime, o cálculo realizado é que quanto mais grave ou perigoso um crime é avaliado, maiores serão as más consequências para a sua vida. Um exemplo seria a conexão cognitiva entre um episódio de roubo e violência física. Neste cenário, quanto mais sério é o crime, maiores as consequências avaliadas e maior é o medo de vitimização. A vulnerabilidade percebida, por

outro lado, corresponde a uma interpretação individual sobre uma ameaça em função da crença do indivíduo sobre a sua vulnerabilidade. Esta variável, assim como as outras do modelo, se propõe a explicar o paradoxo da insegurança, visto que grupos como as mulheres e os idosos, podem ter maiores níveis de sentimento de insegurança por avaliarem que tem pouco controlo pessoal da situação envolvendo crime e, que são mais vulneráveis por questões de diferenças físicas ou sociais, e também pela perceção de maior impacto das consequências do crime em suas vidas (Jackson, 2008). O estudo de Jackson, (2007) reforça essa perspetiva ao demonstrar que diferenças de género na frequência de preocupação se atenuam quando controlam-se variáveis relacionadas com a capacidade percebida de se defender, a avaliação da gravidade das consequências e a perceção da probabilidade de vitimização. Assim, o maior nível de preocupação reportado pelas mulheres parece estar associado não a um risco objetivo mais elevado, mas à forma como estas avaliam as dimensões psicológicas do risco.

O modelo também avalia que a exposição midiática pode exacerbar as perceções subjetiva da ameaça, intensificando a ligação entre crimes particulares e severas consequências. Danieli & García (2021) explicam que os meios de comunicação de massa possuem vários mecanismos à sua disposição que facilitam o seu impacto na opinião pública sobre a insegurança. Seguindo esta lógica, alguns autores apontam que a motivação dos media de concentrar suas escolhas em notícias que envolvam o crime, é o lucro. Na cobertura do crime, a ênfase está na "noticiabilidade", ou seja, quanto mais grave for um crime, maior a probabilidade de ser notado. É possível então declarar que os media divulgam notícias que sugerem para o público que a maioria dos crimes é violenta, enquanto as estatísticas oficiais de crimes indicam o contrário; há também uma ênfase nos homicídios, acidentes e desastres, enquanto eles subestimam as mortes causadas por doenças (Pollak & Kubrin, 2007). Logo, as narrativas da imprensa sobre crimes violentos e espetaculares, tendem a suscitar reações emocionais mais acentuadas, pelas quais imagens mentais das vítimas tornam-se mais concretas e, assim, mais relevantes pessoalmente (Heath, 1984; Jackson, 2011). Os autores Tversky & Kahneman, (1974) aprofundam essa relação na sua teoria "availability heuristic", compreendendo esse mecanismo como um viés cognitivo que suscita nas pessoas a superestimação da probabilidade de cenas vívidas e facilmente imagináveis, mesmo que estatisticamente raros, enquanto também as faz subestimar eventos mais frequentes, mas menos marcantes (Lichtenstein et al., 1978). Assim, quando imagens mentais de vitimização são intensas e emocionalmente carregadas, a perceção da probabilidade da ocorrência do

crime aumenta, explicando também porque o sentimento de insegurança não é baseado na realidade criminal objetiva.

De um modo complementar, alguns autores apontam que a cognição e a emoção podem operar paralelamente. Loewenstein et al., (2001) argumentam que as avaliações cognitivas, como a probabilidade e a avaliação das consequências de vitimização, operaram em paralelo, com reações emocionais de tipo automático e intuitivo. Quando há divergência entre ambas, as emoções tendem a prevalecer sobre a razão, fenômeno denominado “affect heuristic” (Slovic et al., 2004).

2.2.2 Modelo da preocupação com o crime

O modelo da preocupação com o crime propõe uma estrutura psicológica integrativa, onde o medo é definido como uma forma de preocupação contínua, caracterizada tanto por avaliações emocionais imediatas quanto por estados afetivos antecipatórios em relação a um perigo futuro (Jackson, 2004). Nesse modelo, tanto a frequência quanto a intensidade da preocupação são moldadas por uma tríade de percepções: probabilidade de vitimização; perceção de controlo sobre o risco; e consequência do crime. Também é compreendido que essas variáveis são influenciadas por crenças sobre a incidência do crime, bem como pelas interpretações do ambiente físico e social.

A interação entre emoção e cognição assume um papel central dentro desse modelo. As emoções não apenas refletem as perceções de risco, mas também moldam-nas, num ciclo de retroalimentação em que a preocupação reforça crenças acerca da periculosidade do ambiente. Pessoas emocionalmente sensibilizadas para o tema parecem perceber mais desordem e associar mais facilmente sinais ambíguos do ambiente — como ruídos, grupos de jovens ou zonas de escuridão — à possibilidade de um risco potencial (Mathews, 1990; Butler & Mathews, 1987; Russell & Davey, 1993).

Esse modelo salienta que o medo do crime pode apresentar-se sob formas distintas: como preocupação situacional e ligada a momentos específicos como: momentos de vulnerabilidade; ou como ansiedade difusa, referindo-se a um sentimento de insegurança persistente (Jackson, 2008). Estudos como os de Farrall & Gadd, (2004) e Jackson et al., (2007) indicam que a experiência do medo afetivo no dia-a-dia é relativamente rara o que denomina de formas mais abstratas de inquietação — descritas como "insegurança ambiental" — a sua prevalência seria sobretudo entre indivíduos em situação de vulnerabilidade social ou em contextos de desordem urbana.

2.3. Modelos ecológicos

O enfoque ecológico da explicação do sentimento de insegurança tem raízes na perspectiva da ecologia humana da Escola de Chicago, que encarava os bairros urbanos como organismos sociais e desenvolvidos por processos ambientais (Park & Burgess, 1921). Essa base teórica foi formalizada por Shaw & McKay, (1942) na Teoria da Desorganização Social, segundo a qual características estruturais, como pobreza, instabilidade residencial e heterogeneidade étnica, enfraquecem as instituições sociais informais e induzem a perda de eficácia coletiva, propiciando condições que favorecem o aumento do medo do crime. Nas décadas seguintes, autores como Sampson e colaboradores refinaram o modelo, focalizando o papel mediador da coesão social e da eficácia coletiva. A partir de seu legado, Wilson & Kelling, (1982) desenvolveram a Teoria das Janelas Partidas, que passou a abordar não só os fatores estruturais, mas os sinais visíveis de desordem física e social, os quais passaram a ser vistos como os sinais de ausência de controlo social informal e, como consequência, como gatilhos perceptuais do medo da vitimização. Essa evolução reflete uma transição de fatores estruturais amplos para mecanismos perceptuais situacionais, atualmente reconhecidos como complementares. Juntas, elas elucidam como as condições ambientais e o tecido social dos bairros influenciam respostas psicológicas ao crime, situando o medo não apenas como consequência, mas como um factor gerador de desorganização comunitária.

2.3.1. Teoria da desorganização social

Sob uma perspectiva ecológica, a literatura indica que os espaços habitados e compartilhados socialmente desempenham um papel significativo na determinação dos níveis de vitimização criminal e do sentimento de insegurança (Georges-Abeyie & Harries, 1980). Uma das teorias clássicas mais importantes da ecologia do crime é a teoria da desorganização social de Shaw & McKay, (1942). A teoria compreende que instituições formais e informais, como: escolas, igrejas, associações comunitárias, entre outros; e os bairros têm um papel fundamental na manutenção da ordem social de um território. Quando essa manutenção deixa de existir o controlo social informal deixa de ser praticado, e sinais ativos de desorganização podem ser observados, entre deles: uso público de substâncias, álcool e prostituição, por exemplo. A teoria também demonstra como altas taxas de pobreza, instabilidade residencial e heterogeneidade racial e étnica podem explicar as taxas de criminalidade dos bairros, o que

aumentaria o sentimento de insegurança dos seus residentes (Brunton-Smith e Sturgis, 2011; Opoku-Ware et al., 2022; Yuan, McNeeley e Melde 2024). Também é possível verificar fundamentação empírica que relaciona elevados índices de sentimento de insegurança com o modelo (Greenberg et al., 1982; Henig et al., 1996).

2.3.2. Teoria das Janelas partidas

Anos depois Wilson & Kelling, (1982) publicaram a popular Teoria das Janelas Partidas, que destaca que sinais de deterioração física ou de desordem social, caso não controlados, seguem uma tendência de agravamento progressivo da insegurança, o que pode resultar em aumento da criminalidade. Os autores complementam que os sinais de desordem são pistas ambientais que podem ser observadas pelos residentes daquele território, podendo ser físicas: lixo acumulado, propriedades abandonadas, carros queimados, graffiti, casas degradadas; ou sociais: presença de gangues, consumo público de álcool, prostituição, indivíduos em situação de sem-abrigo (LaGrange et al., 1992; Skogan, 1990). Ademais, num processo de crescimento da desordem, o controlo social informal é reduzido, visto que há uma retração da vida comunitária naquele local. O sentimento de insegurança aumenta nos residentes porque os sinais de desordem serviriam como indicadores de um potencial comportamento criminoso naquele bairro.

Enquanto modelo teórico, a Teoria das Janelas Partidas sustenta-se num mecanismo socio-psicológico: comportamentos incivilizados ou desviantes, quando visíveis no espaço público, são interpretados como indicadores de ausência de controlo social, aumentando simultaneamente a perceção de risco e a possibilidade da ocorrência de crimes (Vilalta et al., 2019; Wilcox et al., 2004). Com o passar dos anos a teoria acumulou inúmeros dados empíricos que demonstram que a desordem no ambiente é um bom preditor do sentimento de insegurança (Doran & Lees, 2005; Hinkle & Weisburd, 2008; Hope & Hough, 1988; Perkins & Taylor, 1996). Embora alguns autores argumentam que o fenómeno não pode ser diretamente observado (Wilson & Kelling, 1982). Outros questionam a direção da relação, tendo em conta que a desordem percebida é comumente usada como variável independente em estudos sobre o sentimento de insegurança, ainda existem dúvidas se é a desordem percebida que aumenta os níveis de sentimento de insegurança, se é o sentimento de insegurança que aumentam os níveis de desordem percebida ou se o efeito é recíproco.

2.4. Modelos Comunitários e Estruturais

A compreensão teórica do medo do crime em ambientes comunitários tem evoluído ao longo do tempo, desde as perspetivas ecológicas iniciais da Escola de Chicago até o seu desdobramento em teorias contemporâneas mais complexas que focam em mecanismos sociais e processos coletivos (Gibson, 2002). Assim, o modelo da integração social desenvolveu-se como uma estrutura teórica essencial a partir da teoria da desorganização social, na medida em que demonstrou que vínculos sociais e laços comunitários, e o apego ao próprio bairro, para o desenvolvimento de atividades comunitárias, traçam uma linha de proteção contra o sentimento de insegurança. As principais ferramentas para que isso seja possível, seriam a promoção da vigilância informal e de redes de ajuda mútua (Yuan & McNeeley, 2017).

A transição do modelo de integração social para o modelo de eficácia coletiva reflete, assim, o movimento para uma perspetiva mais abrangente, que compreende o sentimento de insegurança como inserido em sistemas socioecológicos complexos, nos quais a confiança, a coesão e a capacidade de agir coletivamente interagem para constituir o sentimento de insegurança e vulnerabilidade dos moradores (Mazerolle et al., 2010). Este desenvolvimento teórico tem consequências significativas para as intervenções comunitárias, pois implica que boas estratégias de redução do sentimento de insegurança devem abranger tanto a coesão social como a capacidade de agir coletivamente, ao invés de restringir-se a reforçar os laços sociais ou a lealdade ao bairro (Maskaly, 2014).

2.4.1. Modelo da Integração Social

O modelo de integração social propõe que os indivíduos que são bem integrados no seu bairro de residência acabam experienciando menores níveis de sentimento de insegurança do que aqueles que não cultivam boas relações com os habitantes próximos (Hartnagel, 1979; Lewis & Salem, 1986; Riger et al., 1981; Rountree & Land, 1996). Hunter & Baumer, (1982) apontam que um alto nível de integração social resultaria em comportamentos de identificação de pessoas que não vivem na comunidade e sentimento de pertença construído entre os residentes. Outros autores definiram a integração como investimento pessoal no bairro, laços sociais com os vizinhos, participação em eventos formais da comunidade, desenvolver apego emocional ao territórios e seus habitantes e a perceção de semelhantes entre os residentes (Kanan & Pruitt, 2002; Austin et al., 1994; Bursik & Grasmick, 1993).

Skogan & Maxfield, (1981) complementam que ser capaz de construir relações interpessoais entre os vizinhos seria um comportamento de integração ao nível individual. Já a nível comunitário, afirmam que fortes laços sociais criam um ambiente que reduz o medo de incertezas, a desconfiança e o sentimento de insegurança.

2.4.2. Modelo da Eficácia Coletiva

O campo teórico comunitário foi ampliado ao apresentar o Modelo da Eficácia Coletiva, que reformulou a organização social comunitária como um mecanismo dinâmico que une coesão social com expectativas partilhadas de controle social informal (Sampson et al., 1997). Este modelo é reconhecido por identificar uma distinção entre laços sociais passivos e a capacidade coletiva ativa de regular a ordem pública e resolver problemas locais (Gearhart, 2022). No centro desse enquadramento está a suposição de que a confiança mútua entre vizinhos e a disposição para agir para o bem comum representam um atributo comunitário que pode influenciar tanto as dimensões cognitivas quanto as dimensões afetivas do sentimento de insegurança (Farmer, 2014).

As evidências empíricas sugerem que a eficácia coletiva, muitas vezes, faz a uma mediação entre a integração social e o sentimento de insegurança, indicando que os laços sociais, operam, essencialmente, por meio das perceções da capacidade coletiva de regulação e não como factores protetores independentes (Cole, 2019). Esses desenvolvimentos teóricos transformaram radicalmente a compreensão sobre a forma como os processos sociais em nível comunitário afectam as experiências individuais do fenómeno da insegurança, revelando uma variabilidade contextual, e especificidades das acções que diferentes bairros realizaram para manter a eficácia coletiva (Hinkle, 2019).

2.5. Modelos culturais e simbólicos

O modelo cultural e simbólico do sentimento de insegurança oferece uma visão do fenômeno que expande os modelos tradicionais, reconhecendo que a insegurança está profundamente ancorada em significantes sociais, culturais e assimetrias partilhadas. As teorias desse modelo explicam de que maneira os indivíduos e as comunidades produzem e interpretam a insegurança a partir das representações sociais e dos símbolos do crime.

De acordo com Jackson et al., (2007), estudos qualitativos realizados por criminologistas britânicos no final da década de 1990 mostraram que o sentimento de

insegurança revela-se frequentemente formatado pelas construções simbólicas anexadas aos espaços urbanos e nas formas como as relações sociais hierarquizam-se. Os indivíduos então formariam "mapas mentais" de lugares que constituem áreas seguras e inseguras a partir de experiências partilhadas e percepções coletivas sobre quem habita e frequenta esses lugares (Taylor & Jamieson, 1998; Lupton & Tulloch, 1999 como citado em Jackson et al., 2007). Nesse sentido, o sentimento de insegurança assume a forma de metáforas para os infortúnios urbanos, expressando percepções sobre o estado socioeconômico, o caráter civil e o sentimento de pertença comunitária (Jackson et al., 2007).

Assim, um sentimento de desconfiança e imprevisibilidade paira sobre os habitantes da urbe, este, desdobra-se em uma atividade avaliativa de perceção do risco. O risco do crime parece ser projetado para um determinado ambiente, sendo a ele aplicado um rosto (potencial criminoso) e um contexto (o lugar onde pode ocorrer), que julgados pelo observador podem ser: (a) hostis à ordem social local, (b) pouco confiáveis e (c) representativos de algum tipo de colapso social (Jackson, 2008). Um processo de etiquetagem que facilitaria a interação entre desconhecidos nos centros urbanos.

A atribuição de perigo a determinados indivíduos pode contribuir para a construção de "comunidades morais", em contraste com a identificação de "comunidades imorais". Os estereótipos associados a certos grupos funcionam como mecanismos de distanciamento, utilizados para classificar os "outros" e, assim, reforçar fronteiras normativas de conduta social, papéis e julgamentos, ao mesmo tempo que consolidam a identidade social de quem os utiliza. Além disso, esses estereótipos podem servir para reafirmar e delimitar os contornos de uma comunidade, por meio da identificação daquilo a que ela se opõe, como indivíduos considerados problemáticos ou grupos definidos pela sua classe social ou origem étnica (Jackson, 2008).

2.5.1. A hipótese predatória

O crescimento acelerado dos conglomerados urbanos, marcado pela chegada maciça de novos atores, em uma sociedade liberal e industrializada, trouxe novos dilemas de segurança e ordem pública. O medo do crime emerge como fenómeno notavelmente urbano, onde assume novas roupagens, nomeadamente, a perda da sua dimensão relacional (Rêgo & Fernandes, 2017). Com consequências drásticas ao nível da interação social, a concentração de um elevado número de pessoas num espaço limitado faria um lugar comum urbano

(Hannerz, 1980). A cidade exprime uma relação própria entre distância social e proximidade física que facilitaria a expressão do desvio, criminal ou não (Rêgo, 2022, p. 35).

Tendo em conta os desdobramentos contextuais do convívio à cidade e a importância da dimensão da preocupação com a ordem social como componente do sentimento de insegurança (Lourenço & Lisboa, 1996).

Como argumenta Fernandes, (2004) a rua torna-se um espaço de potenciais confrontos cuja finalidade não é propriamente a violência mas a ameaça. Se um dos pilares da ordem social na vida quotidiana é a antecipação do comportamento do outro, esta antecipação está marcada pela hipótese predatória (Fernandes, 2003). Ela, fundamentalmente, assenta como um esquema comportamental que visa a prevenção situacional do risco à violência urbana. A crença de um perigo constante onde o Outro ator social e o Outro cidade, são fonte de desassossego. Assim como menciona Douglas, (1990, p. 4) "o crime funcionando como uma lente através da qual as pessoas compreendem a ordem social, o desvio e a diversidade".

3. Principais resultados na literatura científica

3.1. Distribuição dos estudos sobre o sentimento de insegurança entre os diferentes blocos teóricos

A partir da consulta e análise dos artigos identificados verificou-se uma predominância de trabalhos que usaram modelos explicativos individuais e artigos que utilizaram modelos explicativos contextuais para interpretar e medir o sentimento de insegurança. Verificou-se também um número expressivo de artigos que baseiam-se em modelos comunitários. Já os modelos psicológicos e culturais e simbólicos tiveram poucas publicações, demonstrando que as teorias mais tradicionais continuam sendo as mais populares.

Esta é uma tendência já conhecida e criticada por pesquisadores do campo. Jackson et al., (2007) apontam, que foi a partir de uma escassez de abordagens teóricas que aprofundassem processos emocionais, ou seja o medo do crime, e o medo ontológico, e em resposta a um largo corpo de estudos baseados em questionários derivativos e ateóricos, que uma tendência de publicações de estudos qualitativos foi conduzido por criminalistas britânicos a partir de 1990. É possível verificar, a partir do insight do autor que aponta para a falta da exploração mais profunda dos estudos sobre o sentimento de insegurança; que esta tendência mantém-se, visto o baixo número de publicações que tratam de modelos

psicológicos e, principalmente, os culturais e simbólicos que exploram estes tópicos a partir de metodologias qualitativas. Guedes et al., (2018) enfatiza como as dimensões de personalidade, que são responsáveis por regular comportamentos, acções e reacções emocionais (como o medo) raramente têm sido abordados na literatura científica do fenómeno. McNeeley e Stutzenberger, (2024) mantém uma crítica similar, ao recomendar a necessidade de mais estudos que aprofundem influências contextuais e de mecanismos cognitivos e emocionais para melhor investigar características de um bairro e experiência de vitimização. Além disso, Alper & Chappell, (2012) evidenciam a importância de mais estudos que explorem processos cognitivos para melhor explicar o sentimento de insegurança em relação aos crimes violentos.

Finalmente, é notável apontar que os pesquisadores contemporâneos do sentimento de insegurança passaram a utilizar uma perspectiva multifactorial, principalmente os que estudam os determinantes da insegurança a partir das perspectivas ecológicas e comunitárias, relacionando-as com variáveis demográficas individuais (Henson & Reyns, 2015). Este salto perspectivo que ao combinar abordagens tem como resultado uma compreensão mais sofisticada e complexa do fenómeno da insegurança, foi observado neste estudo exploratório a partir dos estudos de Reid et al., (2020); Gray et al., (2011); Noble & Jardin, (2020); DeLone, (2008); Yuan & McNeeley, (2016) e Alper & Chappell, (2012).

3.2. Divergências conceptuais e metodológicas na medição do sentimento de insegurança

A medição do sentimento de insegurança é certamente o maior desafio deste campo de investigação. Em razão da dificuldade de operalização do constructo, diversas definições e teorizações são testadas, o que impede a realização de generalizações úteis. Consecutivamente, autores como Farrall et al., (1997) defendem a ocorrência de uma série de problemas metodológicos nas primeiras medidas do sentimento de insegurança, levantando a possibilidade dele ser significativamente deturpado e operacionalizado de forma imprecisa.

Hale, (1996) menciona em sua revisão sobre o fenómeno que os primeiros trabalhos que procuraram medir o medo do crime baseiam-se em perguntas gerais sobre a sua perceção de segurança, não fornecendo referências geográficas claras e específicas, descrevendo situações hipotéticas e, muitas vezes omitindo a palavra “crime”. O que gerou intensas críticas entre a comunidade científica (Garofalo & Laub, 1978; Skogan & Maxfield, 1981).

É interessante verificar que, mesmo depois de tantos anos desde essas primeiras críticas, este estudo encontrou uma investigação que pretendia medir o medo do crime

fazendo apenas a pergunta: “How safe do you feel of walking alone in local area after dark?” (Andreescu, 2014, p.199). Como afirma Chataway & Hart, (2019) esse tipo de pergunta usa perceção de segurança como indicador para medir estados disposicionais de medo. No modelo de Gabriel & Greve, (2003), há uma divisão do medo do crime entre “disposicionais” e “situacionais”, onde o primeiro seria a tendência de interpretar situações como ameaçadoras e agir com medo; já o segundo, representaria uma experiência transitória de medo, específicas a uma situação (Gabriel & Greve, (2003), como citado em Jackson et al., 2007). Ainda segundo Chataway & Hart, (2019) as perguntas sobre sentir-se seguro medem o medo sem forma, em oposição às expressões concretas de medo (Farrall et al., 1997, como citado em Chataway & Hart, 2019). O medo sem forma refere-se a padrões generalizados de vulnerabilidade que podem não estar necessariamente associados a uma experiência concreta específica de vitimização criminal (Keane, 1998, como citado em Chataway & Hart, 2019). Em outras palavras, uma pessoa pode responder que não sente-se segura ao andar sozinha de noite porque tem medo de fantasmas, de ser atacada por um animal ou por ter medo do escuro, onde nenhuma dessas possibilidades relacionam-se com o medo de ser vítima de um crime. Outros dois estudos analisados exploram perguntas envolvendo a segurança. Wyant, (2008) em seu estudo que visa relacionar perceção de incivilidade; perceção de risco; e medo do crime; escolheu quatro perguntas para medir o medo do crime dos seus participantes: (a) “Quão seguro você se sente ao sair sozinho em seu bairro?”, onde os participantes foram questionados com a mesma pergunta, mas com um cenário contextual diurno e outra com o noturno. (b) “Quanto você já pensou em se mudar deste bairro por se sentir inseguro aqui?” e (c) “Você está satisfeito com sua segurança pessoal neste bairro?”.

Ao analisar as questões, nota-se outra vez a medição de um medo difuso, dificultando a medição de reações concretas de medo ao crime a à desordem (Jackson, 2004). Já McNeeley & Stutzenberger, (2025) dividem o medo do crime em duas dimensões: a cognitiva e a emocional. A cognitiva é tratada como perceção de insegurança e medida no seu estudo com a pergunta: “Você acha que o seu bairro é seguro em relação a crimes e criminosos?”; já a emocional é compreendida como frequência de preocupação e medida através da questão: “Com que frequência você se preocupa em ser agredido fisicamente por um estranho/roubado?”. Verifica-se que neste conjunto de perguntas, o crime é citado o que ampara no cruzamento de ambiguidades e dá um passo em direção à complexificação do estudo com a separação do medo do crime em diferentes dimensões.

3.2.1. E então, como medir?

Em resposta a essas falhas de medição, que mesmo sendo criticadas há décadas parecem persistir, e em ordem de alcançar medidas mais robustas, a literatura recomenda: (a) a introdução de perguntas que capturem a frequência com que os entrevistados sentem medo do crime; (b) e a intensidade com que essas emoções são sentidas (Chataway & Hart, 2016; Jackson, 2004; Lee et al., 2020); (c) que o medo do crime deve ser medido como um fenômeno multifacetado (Gabriel & Greve, 2003; Jackson, 2008); (d) que as perguntas devem tentar medir os medos contínuos, em oposição aos medos intermitentes de vitimização (Chataway & Hart, 2019).

Em relação à frequência foi verificado que 43% dos estudos realizaram perguntas para explorar este indicativo (Chataway & Hart, 2016; Jackson, 2015; Hanslmaier, 2013; Reid et al., 2020; Gray et al., 2011; Valente & Pertegas, 2018; Yuan & McNeeley, 2016; Krulichová, 2019; Alper & Chappell, 2012; Hardyns et al., 2018; Visser et al., 2013). Alguns exemplos de perguntas realizadas: “How often, if at all, do you worry about becoming a victim of violent crime?” ou “During the last 12 months have you ever felt worried about being physically attacked in the street by a stranger?”. Percebe-se nelas a exploração da frequência, como também a do medo concreto.

No que se refere à intensidade, 43% dos estudos desta análise realizaram perguntas que visavam medir esse indicativo dos participantes (Jackson, 2015; Hanslmaier, 2013; Noble & Jardin, 2020; Reid et al., 2020; Guedes et al., 2018; Chadee et al., 2019; Gray et al., 2011; McNeeley & Stutzenberger, 2025; Kunst et al., 2014; Chadee et al., 2013; Abdullah et al., 2014). Alguns exemplos de perguntas realizadas: “How fearful are you about the following situations?” com respostas de 1= not at all worried a 4= extremely worried. As situações incluem: ser assaltado, ter o carro roubado, ser vítima de agressão, assédio sexual ou estupro; ou “How afraid are you of being robbed?" com as respostas entre 1= not afraid at all para 10= totally afraid. As palavras que representam o medo escolhidas para as perguntas alternaram entre: afraid; worry; unsafe e fearful.

Sobre a adesão do constructo multifacetado para o sentimento de insegurança, 77% dos estudos analisados abordaram esta categorização para medir o fenómeno. O modelo com mais factores, baseado na teoria socio-psicológica de Jackson, (2005), aplicado por Chataway & Hart, (2019) tem cinco dimensões: preocupação (“worry”; dimensão emocional); percepção de probabilidade de vitimização (“likelihood”; dimensão cognitiva); percepção de

consequências (“consequences”; dimensão cognitiva); percepção de controle (“control”; dimensão cognitiva e comportamental); crenças sobre prevalência (“belief”; dimensão cognitiva). O estudo fez uma pergunta para medir cada um desses factores, assim como recomenda Hart et al., (2022) quando afirma que pesquisadores devem criar investigações que capturem apenas um componente emocional, cognitivo ou comportamental por pergunta. O modelo multifacetado mais utilizado pelos estudos é o que considera a dimensão emocional como “worry”; embora aparecendo variações como: “feeling unsafe”, “fear of crime” e “anxious”. Já a dimensão cognitiva aparece como “risk perception” ou ”perceived risk”, tendo variações como: “subjective risk of victimization” e “feeling of insecurity”. A dimensão comportamental foi medida por 35% dos artigos que usam uma terminologia multifactorial, com o termo mais comum sendo “precautionary behaviors” e variações como “safety changes” e “avoidant behaviors”.

Relativamente à medição dos medos contínuos, 23% dos artigos adicionaram perguntas deste modelo (Chataway & Hart, 2019; Hanslmaier, 2013; Valente & Valera Pertegas, 2018; Krulichová, 2019; Alper & Chappell, 2012; Hardyns et al., 2018).

3.2.2. Sem as validações psicométricas tudo é em vão

Inspirado pela crítica de Hart et al., (2022), foi decidido verificar se as investigações analisadas por esse estudo realizaram e/ou reportaram as validações psicométricas do teste de validade e confiabilidade ao utilizar instrumentos multidimensionais para medir o sentimento de insegurança. Verificou-se que dos 16 estudos que estavam enquadrados em reportar esses cálculos, 75% dos estudos reportaram essas análises (Chataway & Hart, 2019; Jackson, 2015; Hanslmaier, 2013; Reid et al., 2020; Guedes et al., 2018; Chadee et al., 2019; Wyant, 2008; Robinson et al., 2003; Valente & Pertegas, 2018; Chadee & Ng Ying, 2013; Abdullah et al., 2014; Krulichová, 2019). Mesmo que a grande maioria dos estudos tenham realizado as avaliações psicométricas esperadas, faz-se necessário salientar que sem indicadores qualitativos robustos o campo teórico é comprometido, colocando em causa a integridade dos constructos que as investigações propõem-se a medir.

3.3. Por uma agenda de investigação integrada e inovadora sobre o sentimento de insegurança

Para Sahlin Lilja (2021), a literatura sobre o fenômeno mostra, afinal, uma notável inércia metodológica e uma persistente fragmentação conceitual. O paradoxo reside na

coexistência de uma pluralidade de inovações teóricas e críticas metodológicas por um lado, e a manutenção de medidas e abordagem ultrapassadas, por outro. Estas inovações parecem resultantes, de modelos mais recentes que decompõem o conceito em multifactores, e de como a literatura psicológica parece ter renovado o olhar sob a insegurança (Jackson, 2004; Jackson, 2006). Por outro lado, a operacionalização clássica, unidimensional e de medo difuso continua a circular na pesquisa empírica, mesmo após inúmeras evidências quanto à sua inadequação, conforme já abordado no subcapítulo anterior.

Este fenômeno da persistência metodológica pode ser parcialmente explicado com base em fatores internos ao próprio discurso científico. Em particular, a busca pela comparação dos dados e a dependência de inquéritos de larga escala (Sahlin Lilja, 2021). Entretanto, é importante salientar que uma parte das causas é transportada também para o plano político e institucional. O estudo do fenómeno da insegurança envolve uma construção discursiva que entrelaça a quantificação da criminalidade, do risco e da vitimização, acompanhando o interesse político em constituir os cidadãos em sujeitos temerosos, legitimando políticas de controlo social (Lee, 2013). O discurso político de segurança acaba esbanjando-se em declarações sobre o medo, ganhando assim popularidade e avançando suas agendas. Ao mesmo tempo, a associação entre medo, desordem e controlo penal tornou-se um eixo central da política urbana contemporânea, na qual a gestão do espaço público visa não apenas a diminuição do crime, mas também a criação de ambientes socialmente controlados, coerentes com a lógica neoliberal da competitividade entre os cidadãos (Beckett & Herbert, 2008). Dado este contexto, faz-se urgente uma renovação da agenda de investigação, que permita ir além tanto das limitações teóricas, como dos condicionamentos políticos e metodológicos que ainda condicionam o campo.

3.3.1. Não é possível escapar da padronização conceitual e metodológica no estudo do sentimento de insegurança

O trabalho de Hart et al., (2022) destaca que a aplicação de métodos dedutivos e teoricamente fundamentados, pode resultar em definições universais e medidas mais precisas do medo do crime. Um modelo citado pelos próprios autores como um bom exemplo é dos autores Etopio & Berthelot, (2022) que desenvolveram uma escala do medo do crime fundamentada em um sistema teórico sobre emoções, entrevistas qualitativas e análises factoriais. Os resultados indicaram que os indivíduos tendem a utilizar de forma intercambiável os termos “fear”, “concern” e “worry” e que outras emoções, tais como

ansiedade, nervosismo, paranóia e pânico, reapareceram como respostas relevantes. Com base nessas evidências, os autores sugeriram uma escala com 10 itens e alta confiabilidade psicométrica, evidenciando como a triangulação metodológica poderia ajudar para uma definição conceitual e operacional mais sólida.

De forma complementar, novos modelos teóricos, inspirados em teorias psicossociais, têm redefinido o medo do crime em termos de dimensões, como: percepções ambientais, crenças sobre a ocorrência do crime, risco perceptível de vitimização e ansiedade (Jackson, 2004; 2005; Farrall et al. 2007). Um bom exemplo é a estrutura teórica proposta por Jackson, (2004): que conecta a composição social e física das comunidades, a percepção de controle individual sobre a vitimização e as potenciais consequências do crime, de modo que resulta em um modelo concebido com abrangente estrutura ecológica, comunitária e psicologicamente fundada. As análises de validação dessas novas medidas, como as de Jackson (2005), mostraram que os componentes do medo do crime — preocupação, risco percebido, frequência percebida de crimes, controle percepcionado e consequências da vitimização — têm propriedades psicométricas sólidas e podem ser empiricamente discriminatórias entre diferentes tipos de crimes (pessoal versus propriedade). No entanto, o mesmo artigo reporta que tais medidas ainda não foram validadas em contextos fora da Europa, reforçando o argumento a favor da padronização e replicação internacional (Chataway & Hart, 2016).

Em conjunto, esses trabalhos mostram que o campo do medo do crime possui um duplo desafio: por um lado, não haver um consenso conceitual limita a comparação entre as investigações; de outro modo, a não existência de instrumentos padronizados e validados em contextos distintos culturalmente, compromete a generalização dos resultados. Sugere-se, portanto, a promoção do desenvolvimento e a validação transcultural de escalas que sejam baseadas em modelos teóricos robustos, sensibilizadas com a riqueza das múltiplas dimensões emocionais e cognitivas do medo do crime, que possibilitem dados consistentes, comparáveis e referenciáveis.

3.3.2. Ouvir é preciso

O levantamento das lacunas teóricas e metodológicas em relação ao sentimento de insegurança demonstra um consenso crescente sobre a necessidade de diversificação metodológica, especialmente em relação ao aumento do uso de abordagens qualitativas, mistas e longitudinais. O predomínio de pesquisas fundamentadas em inquéritos transversais

e em medidas padronizadas, embora sejam úteis para análises comparativas, impede o entendimento profundo dos processos subjetivos, contextuais e temporais que moldam o fenômeno. Nesse contexto, a literatura aponta para o papel relevante dos métodos qualitativos em corrigir as distorções provocadas por instrumentos quantitativos falhos. Jackson, (2005) afirma que a construção ambígua das questões em inquéritos produzem dados enganosos, e que os métodos qualitativos cumprem a função de uma importante camada corretiva, permitindo uma maior perceção das experiências e olhares dos indivíduos sobre o crime. De forma complementar, a escuta atenta das narrativas pessoais sobre o fenómeno da insegurança e desordem social oferece um caminho para entender os significados culturais e simbólicos atribuídos ao medo (Jackson, 2005). As histórias contadas pelos participantes fornecem coesão às suas percepções sobre relações sociais, mudanças urbanas e o sentimento de insegurança, avaliando a função interpretativa e a função avaliativa do discurso cotidiano (Taylor et al, 1996; Tulloch et al., 1998; Girling et al., 2000). Ademais, na revisão da Lorenc et al., (2013b), que analisou o uso de métodos qualitativos na pesquisa sobre o medo do crime, os autores concluíram que essas metodologias permitem compreender empiricamente como a percepção de risco, o medo e a percepção da qualidade de vida se interligam, fornecendo triangulações mais robustas e localizadas.

Simultaneamente, uma outra sugestão constante trazida pela literatura refere-se à implementação de delineamentos longitudinais, que possam seguir as dinâmicas temporais e causais do fenômeno criminal. Haynie, (1998) já dizia há algum tempo que fatores demográficos, tais como idade e sexo, deveriam ser estudados juntamente com experiências de vitimização por meio de abordagens longitudinais. Além disso, outros autores levantam a exigência desse tipo de estudo para intensificar a compreensão da teoria das janelas quebradas e do efeito das condições urbanas sobre o medo (Zhao et al., 2015). Outros autores reforçam que a ausência de dados longitudinais, ou seja, apenas com desenhos transversais, fazem com que inferências sejam impossibilitadas, o que frustra a compreensão de relações recíprocas entre perceção do risco e medo do crime (Krulichová, 2019); entre medo do crime geral e medo de crimes específicos (Alper & Chappell, 2012) e medo do crime e bem-estar subjetivo (Hanslmaier, 2013).

Em termos metodológicos, Gray et al. (2011) aprofunda essa discussão ao realçar o potencial analítico dos estudos longitudinais para inferências causais mais robustas e para a integração de variáveis complexas — de efeitos não lineares a relacionamentos recursivos. O artigo propõe ainda o desenvolvimento de pesquisas qualitativas longitudinais, baseadas em

entrevistas repetidas, que salvaguardam um exame de transformações graduais nas emoções, identidades e significados associados ao medo do crime (Holland & Thompson, 2006, como citado em Gray et al., 2011; Farrall, 2006, como citado em Gray et al., 2011).

Por fim, algumas pesquisas indicam que é relevante vincular o medo do crime a outras dimensões da vida social e da saúde, recomendando que se desenvolvam bases de dados longitudinais com variáveis sobre saúde, capital social, religiosidade e engajamento cívico, que permitam explorar como o medo do crime interage com o bem-estar físico; psicológico e com os níveis de coesão comunitária (Cossman & Rader, 2011; Yuan & McNeeley, 2017).

3.3.3. Novas temáticas, novas tecnologias e novas possibilidades

A literatura sugere que novos campos parecem promissores para a ampliação da literatura criminológica. Valente & Valera Pertegas, (2018) sugerem a expansão temática para incluir novos fenômenos, como o cibercrime e a vitimização digital. Alternativamente, Kunst & Zwirs, (2014) exploram a integração de variáveis de saúde mental e psicológicas — incluindo transtornos de estresse pós-traumático e traços de personalidade — para verificar os processos emocionais e cognitivos que geram o medo do crime.

Uma área de grande valia que têm trazido inovações ao campo, são os estudos a partir de aplicativos móveis e métodos de crowdsourcing. Com o uso dessas ferramentas é possível a coleta de dados em tempo real e com alta precisão espacial e temporal, de como as características ambientais como visibilidade, conectividade e desordem se relacionam com o sentimento de insegurança (Cocco et al., 2025). Também podendo compartilhar esses dados posteriormente, usando mapas interativos (Noble & Jardin, 2024). Apesar do seu potencial inovador estas abordagens revertem-se em grandes desafios metodológicos, como a diminuição da participação ao longo do tempo, amostras pouco representativas, desigualdades sociais de participação, limitações técnicas e questões relacionadas à privacidade.

Por conseguinte, futuras agendas de pesquisa devem se concentrar em protocolos metodológicos mais robustos, estratégias de engajamento sustentado, medidas éticas de proteção de dados e esforços para incluir amostras diversas, para consolidar o uso das tecnologias digitais como ferramenta rigorosa e socialmente sensível na compreensão contextualizada do medo do crime.

IV - Considerações finais

Esta dissertação teve como principal objetivo sistematizar e interpretar criticamente o conhecimento existente sobre o sentimento de insegurança, identificando padrões teóricos, divergências metodológicas e direções futuras de investigação. Através de uma revisão exploratória da literatura, esse propósito foi alcançado respondendo às perguntas de investigação que guiaram este trabalho.

Embora esta revisão tenha procurado oferecer uma leitura integrada e interpretativa, importa reconhecer as suas limitações, nomeadamente a ausência de dados empíricos próprios, a heterogeneidade das fontes analisadas e a falta de uma sistematização mais rigorosa. Ainda assim, acredita-se que este trabalho possa oferecer contributos significativos para reflexão, investigação e intervenção futuras.

V - Referências Bibliográficas

Abdullah, A., Hedayati Marzbali, M., Woolley, H., Bahauddin, A., &2 Maliki, N. Z. (2014). Testing for individual factors for the fear of crime using a multiple indicator-multiple cause model. *European Journal on Criminal Policy and Research*, *20*(1), 1–22. https://doi.org/10.1007/s10610-013-9208-4

Agra, C. (2007). Podemos medir a criminalidade e a segurança? Em *Sep. De Inovação, poder e desenvolvimento: Congresso de Cidadania* (p. 227–234).

Agra, C., Quintas, J., & Fonseca, E. (2001). *De la sécurité démocratique à la démocratie de sécurité: le cas Portugais* (V. 25). Deviance et Societé.

Alper, M., & Chappell, A. T. (2012). Untangling fear of crime: A multi-theoretical approach to examining the causes of crime-specific fear. *Sociological Spectrum: The Official Journal of the Mid-South Sociological Association*, *32*(4), 346–363. https://doi.org/10.1080/02732173.2012.664048

Andreescu, V. (2014). Perceived Risk of Victimization in Estonia and Lithuania. *Journal of Social Research & Policy*, *5*.

Apresentação do Global Peace Index. (s. d.). Www.sg. Recuperado 12 de outubro de 2025, de https://www.sg/Noticias/Paginas/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-Global-Peace-Index-.aspx

Austin, D. M., Woolever, C., & Baba, Y. (1994). Crime and safety-related concerns in a small community. *American Journal of Criminal Justice: AJCJ*, *19*(1), 79–97. https://doi.org/10.1007/bf02887440

Balkin, S. (1979). Victimization rates, safety and fear of crime. *Social problems*, *26*(3), 343–358. https://doi.org/10.1525/sp.1979.26.3.03a00090

Beckett, K., & Herbert, S. (2008). Dealing with disorder: Social control in the postindustrial city. *Theoretical Criminology*, *12*(1), 5–30. https://doi.org/10.1177/1362480607085792

Brunton-Smith, I. (2011). Untangling the relationship between fear of crime and perceptions of disorder: Evidence from a longitudinal study of young people in England and wales. *The British Journal of Criminology*, *51*(6), 885–899. https://doi.org/10.1093/bjc/azr064

Bursik, R. J., & Grasmick, H. G. (1993). *Neighborhoods and crime: The dimensions of effective community control*. Lexington Books.

Butler, G., & Mathews, A. (1987). Anticipatory anxiety and risk perception. *Cognitive Therapy and Research*, *11*(5), 551–565. https://doi.org/10.1007/bf01183858

Chadee, D., & Austen, L. J. (2007). The Relationship Between Likelihood and Fear of Criminal Victimization: Evaluating Risk Sensitivity as a Mediating Concept. *British*

Journal of Criminology, *47*, 133–153.

Chadee, Derek, Ng Ying, N. K., Chadee, M., & Heath, L. (2019). Fear of crime: The influence of general fear, risk, and time perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, *34*(6), 1224–1246. https://doi.org/10.1177/0886260516650970

Chataway, M. L., & Hart, T. C. (2016). (Re)Assessing contemporary "fear of crime" measures within an Australian context. *Journal of Environmental Psychology*, *47*, 195–203. https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.06.004

Cocco, E., Arlettaz, R., Caneppele, S., & Daudigny, H. (2025). Measuring fear of crime and avoidance of victimization in virtual reality settings: A systematic review. *Deviant Behavior*, 1–27. https://doi.org/10.1080/01639625.2025.2469815

Cole, S. J. (2019). Social and physical neighbourhood effects and crime: Bringing domains together through Collective Efficacy theory. *Social Sciences (Basel, Switzerland)*, *8*(5), 147. https://doi.org/10.3390/socsci8050147

Cossman, J. S., & Rader, N. E. (2011). Fear of crime and personal vulnerability: Examining self-reported health. *Sociological Spectrum: The Official Journal of the Mid-South Sociological Association*, *31*(2), 141–162. https://doi.org/10.1080/02732173.2011.541339

Covington, J., & Taylor, R. B. (1991). Fear of Crime in Urban Residential Neighbourhoods: Implications of Between- and Within- Neighborhood Sources for Current Models. *The Sociological Quarterly*, *32*, 231–249.

Covington, Jeanette, & Taylor, R. B. (1991). Fear of crime in urban residential neighborhoods: Implications of between- and within-neighborhood sources for current models. *The Sociological Quarterly*, *32*(2), 231–249. https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1991.tb00355.x

Cunha, M. P., & Rêgo, X. (2022). Crime e medo no país dos brandos costumes: As coordenadas sociais da insegurança. Em E. Juscrim (Org.), *Prevenção, policiamento e segurança: Implicações nos direitos humanos* (p. 193–212).

Danieli, N. E., & Paz García, A. P. (2021). Opinión pública de la inseguridad: dimensiones de análisis psicosocial en torno al miedo al delito y su tratamiento mediático. *Comunicación y Sociedad*, *2020*(0), 1–23. https://doi.org/10.32870/cys.v2020.7586

DeLone, G. J. (2008). Public housing and the fear of crime. *Journal of Criminal Justice*, *36*(2), 115–125. https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.02.003

Douglas, M. (1990). Risk as a Forensic Resource. *Daedalus*, *119*(4), 1–16. http://www.jstor.org/stable/20025335

Doran, B. J., & Lees, B. G. (2005). Investigating the spatiotemporal links between disorder, crime, and the fear of crime. *The Professional Geographer: The Journal of the Association of American Geographers*, *57*(1), 1–12. https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.2005.00454.x

Dubow, F., Mccabe, E., & Kaplan, G. (1979). Reactions to crime: A critical review of the literature. Em *Executive summary*. USGPO. US Department of Justice.

Etopio, A., & Berthelot, E. (2022). Defining and measuring fear of crime: A new validated scale created from emotion theory, qualitative interviews, and factor analyses. *Criminology, criminal justice, law & society*, *23*(1), 46–67. https://doi.org/10.54555/ccjls.4234.34104

Farmer, A. K. (2014). Collective efficacy theory. Em *The Encyclopedia of Theoretical Criminology* (p. 1–4). Wiley.

Farrall, S. (2004). Research note: The frequency of the fear of crime. *The British journal of criminology*, *44*(1), 127–132. https://doi.org/10.1093/bjc/44.1.127

Farrall, S., Bannister, J., Ditton, J., & Gilchrist, E. (1997). Questioning the measurement of the fear of crime: Findings from a major methodological study. *British Journal of Criminology*, *37*, 657–678.

Farrall, S., Gray, E., & Jackson, J. (2007). *Theorising the fear of crime: The cultural and social significance of insecurities about crime Experience & Expression in the Fear of Crime Working Paper*. 1–35.

Feinburg, N. (1981), "The emotional and behavioural consequences of violent crime on elderly victims", *Victimology, 6*, 355-357.

Ferguson, K. M., & Mindel, C. H. (2007). *Modeling Fear of crime in Dallas Neighborhoods: A Test of Social Capital Theory.' Crime and Delinquency*. *53*, 322–349.

Fernandes, L. (2004). *Bases ecossociais do sentimento de insegurança*. *21*, 93–112.

Fernandes, L. J., & Carvalho, M. (2000). *Problemas no estudo etnográfico de objectos fluídos - os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social* (V. 14). Educação, Sociedade & Culturas.

Fernandes, Luís. (2003). Capítulo 4. A imagem predatória da cidade. Em *Etnografias Urbanas* (p. 53–62). Etnográfica Press.

Ferraro, K. F. (1995). *Fear of crime: Interpreting victimization risk*.

Ferraro, K. F. (1996). Women's fear of victimization: Shadow of sexual assault? *Social Forces; a Scientific Medium of Social Study and Interpretation*, *75*(2), 667–690. https://doi.org/10.1093/sf/75.2.667

Fisher, B. S., & Sloan, J. J., III. (2003). Unraveling the fear of victimization among college women: Is the "shadow of sexual assault hypothesis" supported? *Justice Quarterly*, *20*(3), 633–659. https://doi.org/10.1080/07418820300095641

Gabriel, U. & Greve, W. (2003). The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. British Journal of Criminology, 43, 600-614. (2003). The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. *The*

British journal of criminology, *43*(3), 600–614. https://doi.org/10.1093/bjc/azg600

Gainey, R., Alper, M., & Chappell, A. T. (2011). Fear of crime revisited: Examining the direct and indirect effects of disorder, risk perception, and social capital. *American Journal of Criminal Justice: AJCJ*, *36*(2), 120–137. https://doi.org/10.1007/s12103-010-9089-8

Garofalo, J., & Laub, J. (1978). The fear of crime: Broadening our perspective. *Victimology*, *3*(3–4), 242–253.

Garofalo, James. (1979). Victimization and the fear of crime. *The Journal of Research in Crime and Delinquency*, *16*(1), 80–97. https://doi.org/10.1177/002242787901600107

Garofalo, James. (1981). The fear of crime: Causes and consequences. *The journal of criminal law & criminology*, *72*(2), 839. https://doi.org/10.2307/1143018

Gates, L. B., & Rohe, W. M. (1987). Fear and reactions to crime a revised model. *Urban Affairs Review*, *22*, 425–453.

Gault, R. H., Park, R. E., & Burgess, E. W. (1922). Introduction to the science of sociology. *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, *13*(2), 318. https://doi.org/10.2307/1133512

Gearhart, M. (2023). Empowerment and collective efficacy: Insights for community-based crime prevention. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, *33*(5), 698–710. https://doi.org/10.1080/10911359.2022.2083742

Georges-Abeyie, D. E., & Harries, K. D. (Org.). (1980). *Crime: a Spatial Perspective*. Columbia University Press.

Gibson, C. L., Zhao, J., Lovrich, N. P., & Gaffney, M. J. (2002). Social integration, individual perceptions of collective efficacy, and fear of crime in three cities. *Justice Quarterly*, *19*(3), 537–564. https://doi.org/10.1080/07418820200095341

Girling, E., Loader, I., & Sparks, R. (2000). *Crime and Social Control in Middle England: Questions of Order in an English Town*.

Gordon, M. T., Riger, S., LeBailly, R. K., & Heath, L. (1980). Crime, women, and the quality of urban life. *Signs, 5*, 144-160.

Gray, E., Jackson, J., & Farrall, S. (2011). Feelings and functions in the fear of crime: Applying a new approach to victimisation insecurity. *The British journal of criminology*, *51*(1), 75–94. https://doi.org/10.1093/bjc/azq066

Guedes, I. M. E. S., Domingos, S. P. A., & Cardoso, C. S. (2018). Fear of crime, personality and trait emotions: An empirical study. *European Journal of Criminology*, *15*(6), 658–679. https://doi.org/10.1177/1477370817749500

Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International Review of Victimology*, *4*(2), 79–150. https://doi.org/10.1177/026975809600400201

Hannerz, U. (1980). *Exploring the city: Inquiries toward on urban anthrapology*. Columbia Universjty Press.

Hanslmaier, M. (2013). Crime, fear and subjective well-being: How victimization and street crime affect fear and life satisfaction. *European Journal of Criminology*, *10*(5), 515–533. https://doi.org/10.1177/1477370812474545

Hardyns, W., Pauwels, L. J. R., & Heylen, B. (2018). Within-individual change in social support, perceived collective efficacy, perceived disorder and fear of crime: Results from a two-wave panel study. *The British Journal of Criminology*, *58*(5), 1254–1270. https://doi.org/10.1093/bjc/azy002

Hart, T. C., Chataway, M., & Mellberg, J. (2022). Measuring fear of crime during the past 25 years: A systematic quantitative literature review. *Journal of Criminal Justice*, *82*(101988), 101988. https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2022.101988

Hartnagel, T. F. (1979). The perception and fear of crime: Implications for neighborhood cohesion, social activity, and negative affect. *Social Forces*, *58*, 176–193.

Haynie, D. L. (1998). The gender gap in fear of crime, 1973-1994: A methodological approach. *Criminal Justice Review*, *23*(1), 29–50. https://doi.org/10.1177/073401689802300103

Heath, L. (1984). Impact of newspaper crime reports on fear of crime: Multimethodological investigation. *Journal of Personality and Social Psychology*, *47*(2), 263–276. https://doi.org/10.1037/0022-3514.47.2.263

Henson, B., & Reyns, B. W. (2015). The only thing we have to fear is fear itself…and crime: The current state of the fear of crime literature and where it should go next: The only thing we have to fear. *Sociology Compass*, *9*(2), 91–103. https://doi.org/10.1111/soc4.12240

Hickman, S. E., & Muehlenhard, C. L. (1997). College women's fears and precautionary behaviors relating to acquaintance rape and stranger rape. *Psychology of Women Quarterly*, *21*(4), 527–547. https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1997.tb00129.x

Hilinski, C. M. (2009). Fear of crime among college students: A test of the shadow of sexual assault hypothesis. *American Journal of Criminal Justice: AJCJ*, *34*(1–2), 84–102. https://doi.org/10.1007/s12103-008-9047-x

Hinkle, J. C. (2009). *Making sense of broken windows: The relationship between perceptions of disorder, fear of crime, collective efficacy and perceptions of crime*.

Hinkle, Joshua C., & Weisburd, D. (2008). ‘‘The Irony of Broken Windows Policing: A Micro-Place Study of the Relationship between Disorder, Focused Police Crackdowns and Fear of Crime. *Journal of Criminal Justice*, *36*, 503–512.

Hope, T., & Hough, M. (1988). *Community approaches to reducing crime. Communities and crime reduction*. 1–29.

Hough, M. (1995). *Anxiety about crime: Findings from the 1994 British Crime Survey, Home*

Office Research Study No. Home Office.

Inquérito sobre segurança no espaço público e privado. (2023). Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=629536850&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Jackson, J. (2004). Experience and expression: Social and cultural significance in the fear of crime. *The British journal of criminology*, *44*(6), 946–966. https://doi.org/10.1093/bjc/azh048

Jackson, J. (2007). *Revisiting Vulnerability in the Fear of Crime: Gender, Age and the Psychology of Risk*.

Jackson, J. (2008). Bridging the social and the psychological in fear of crime research. Em M. Lee & S. Farrall (Org.), *Fear of Crime: Critical Voices in an Age of Anxiety*. Routledge-Cavendish.

Jackson, Jonathan. (2005). Validating new measures of the fear of crime. *International journal of social research methodology*, *8*(4), 297–315. https://doi.org/10.1080/13645570500299165

Jackson, Jonathan. (2006). Introducing fear of crime to risk research. *Risk Analysis: An Official Publication of the Society for Risk Analysis*, *26*(1), 253–264. https://doi.org/10.1111/j.1539-6924.2006.00715.x

Jackson, Jonathan. (2011). Revisiting risk sensitivity in the fear of crime. *The Journal of Research in Crime and Delinquency*, *48*(4), 513–537. https://doi.org/10.1177/0022427810395146

Jackson, Jonathan. (2015). Cognitive closure and risk sensitivity in the fear of crime. *Legal and Criminological Psychology*, *20*(2), 222–240. https://doi.org/10.1111/lcrp.12031

Jackson, Jonathan, Farrall, S., & Gray, E. (2007a). Experience and expression in the fear of crime. *SSRN Electronic Journal*. https://doi.org/10.2139/ssrn.1012397

Jackson, Jonathan, Farrall, S., & Gray, E. (2007b). Theorising the fear of crime: The cultural and social significance of insecurities about crime. *SSRN Electronic Journal*. https://doi.org/10.2139/ssrn.1012393

Kanan, J. W., & Pruitt, M. V. (2002). Modeling fear of crime and perceived victimization risk: The (in)significance of neighborhood integration. *Sociological Inquiry*, *72*(4), 527–548. https://doi.org/10.1111/1475-682x.00033

Kaufman, J. M., Rebellon, C. J., Thaxton, S., & Agnew, R. (2008). A General Strain Theory of racial differences in criminal offending. *The Australian & New Zealand Journal of Criminology*, *41*(3), 421–437. https://doi.org/10.1375/acri.41.3.421

Killias, M., & Clerici, C. (2000). Different Measures of Vulnerability in Their Relation to Different Dimensions of Fear of Crime. *British Journal of Criminology*, *40*, 437–450.

Krulichová, E. (2019). The relationship between fear of crime and risk perception across

Europe. *Criminology & Criminal Justice: The International Journal of Policy and Practice*, *19*(2), 197–214. https://doi.org/10.1177/1748895818757832

Kunst, M. J. J., & Zwirs, B. W. C. (2014). Posttraumatic stress disorder symptom severity and fear of personal crime: exploring their interrelationship as a function of risk estimation. *Psychology, Crime & Law: PC & L*, *20*(9), 921–932. https://doi.org/10.1080/1068316x.2014.888430

Kury, H., & Ferdinand, T. (1998). The victim's Experience and Fear of Crime". *International Review of Victimology*, *5*, 93–140.

LaGrange, R. L., & Ferraro, K. F. (1987). The elderly's fear of crime. A critical examination of the research: A critical examination of the research. *Research on Aging*, *9*(3), 372–391. https://doi.org/10.1177/0164027587093003

LaGRANGE, R. L., Ferraro, K. F., & Supancic, M. (1992). Perceived risk and fear of crime: Role of social and physical incivilities. *The Journal of Research in Crime and Delinquency*, *29*(3), 311–334. https://doi.org/10.1177/0022427892029003004

Lane, J., & Fox, K. A. (2013). Fear of Property, Violent and Gang Crime: Examining the Shadow of Sexual Assault Thesis Among Male and Female Offenders. *Criminal Justice and Behavior*, *40*, 472–496.

Lee, H. D., Reyns, B. W., Kim, D., & Maher, C. (2020). Fear of crime out west: Determinants of fear of property and violent crime in five states. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *64*(12), 1299–1316. https://doi.org/10.1177/0306624X20909238

Lee, M. (2013). *Inventing fear of crime*. New York: Routledge.

Lee, M. S., & Ulmer, J. T. (2000). Fear of crime among Korean Americans in Chicago communities. *Criminology; an Interdisciplinary Journal*, *38*(4), 1173–1206. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb01418.x

Lichtenstein, S., Slovic, P., Fischhoff, B., & Combs, B. (1978). Judged Frequency of Lethal Events". *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, *4*, 551–578.

Liska, A. E., Sanchirico, A., & Reed, M. A. (1988). Fear of Crime and Constrained Behaviour: Specifying and Estimating a Reciprocal Effects Model. *Social Forces*, *66*, 760–770.

Loewenstein, G. F., Weber, E. U., Hsee, C. K., & Welch, N. (2001). Risk as feelings. *Psychological Bulletin*, *127*(2), 267–286. https://doi.org/10.1037/0033-2909.127.2.267

Lourenço, N., & Lisboa, M. (1996). *Violência, criminalidade e sentimento de insegurança. Resta Textos*. *2*, 45–64.

Machado, C., & Agra, C. (2002). Insegurança e medo do crime - da ruptura da sociabilidade à reprodução da ordem social. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, *12*, 79–101.

Machado, C., & Manita, C. (2009). Fear of crime: Methodological considerations and results from a biannual survey in the city of Oporto. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, *1*, 69–99.

Madriz, E. (1997). *Nothing bad happens to good girls: Fear of crime in women's lives*. University of California Press.

Mark, W. (1987). Fear of Victimisation and Sensitivity to Risk. *Journal of Quantitative Criminology*, *3*, 29–46.

Maskaly, J. (2014). *Predicting fear of crime using a multilevel and multi-model approach: A study in Hillsborough County* [Doctoral dissertation]. University of South Florida.

Mathews, A. (1990). Why worry? The cognitive function of anxiety. *Behaviour Research and Therapy*, *28*(6), 455–468. https://doi.org/10.1016/0005-7967(90)90132-3

May, D. C., & Dunaway, R. G. (2000). Predictors of fear of criminal victimization at school among adolescents. *Sociological Spectrum*, *20*, 149–168.

May, David C. (2001). The effect of fear of sexual victimization on adolescent fear of crime. *Sociological spectrum: the official journal of the Mid-South Sociological Association*, *21*(2), 141–174. https://doi.org/10.1080/027321701300035484

Mazerolle, L., Wickes, R., & McBroom, J. (2010). Community variations in violence: The role of social ties and collective efficacy in comparative context. *The Journal of Research in Crime and Delinquency*, *47*(1), 3–30. https://doi.org/10.1177/0022427809348898

Mccoy, H. V., Woolredge, J. D., Cullen, F. T., Dubeck, P. J., & Browning, S. L. (1996). Lifestyles of the Old and not so Fearful: Life Situation and Older Persons' Fear of Crime. *Journal of Criminal Justice*, *24*, 191–205.

McNeeley, S., & Stutzenberger, A. (2025). Let moderation be your guide: Neighborhood characteristics moderate the relationship between victimization and fear of crime. *Deviant Behavior*, 1–17. https://doi.org/10.1080/01639625.2025.2465676

Negreiros, J. (1997). Vitimização criminal, medo e punição: Um estudo na cidade do Porto. Em *Insegurança urbana na cidade do Porto: Estudos interdisciplinares: V. VII*. Observatório Permanente de Segurança.

Noble, J., & Jardin, A. (2020). From victimization to fear: Fear of crime and its variations among victims. *The British Journal of Criminology*, *60*(2), 468–489. https://doi.org/10.1093/bjc/azz051

Noble, J., & Jardin, A. (2024). Mapping fear of crime: defining methodological orientations. *Quality & Quantity*, *58*(2), 1881–1899. https://doi.org/10.1007/s11135-023-01719-3

Opoku-Ware, J., Osei Akuoko, K., Ofori-Dua, K., & Mensah Dapaah, J. (2022). Modeling the

structural effects of residential instability, family disruptions, and social support on neighborhood crime perceptions: A partial test of social disorganization theory. *Deviant Behavior*, *43*(6), 743–763. https://doi.org/10.1080/01639625.2021.1918033

Pain, R. (1997). Whither women's fear? Perceptions of sexual violence in public and private space. *International Review of Victimology*, *4*, 297–312.

Parker, K. D. (1988). Black-white differences in perceptions of fear of crime. *The Journal of Social Psychology*, *128*(4), 487–494. https://doi.org/10.1080/00224545.1988.9713768

Peluso, D. P. (2014). City and insecurity feeling creation. *Journal of law and criminal justice*, *2*(2). https://doi.org/10.15640/jlcj.v2n2a5

Perkins, D. D., & Taylor, R. B. (1996). ''Ecological Assessments of Community Disorder: Their Relationship to Fear of Crime and Theoretical Implications. *American Journal of Community Psychology*, *24*, 63–107.

Pollak, J. M., & Kubrin, C. E. (2007). Crime in the news: How crimes, offenders, and victims are portrayed in the media. *Journal of Criminal Justice and Popular Culture*, *14*, 59–83.

Rader, N. E. (2004). The threat of victimization: A theoretical reconceptualization of fear of crime. *Sociological Spectrum: The Official Journal of the Mid-South Sociological Association*, *24*(6), 689–704. https://doi.org/10.1080/02732170490467936

Rego, X. (2022). *A Imagem Predatória da Cidade: Uma Etnografia do Medo*. Etnográfica Press.

Rego, X., & Fernandes, J. (2017). *Da hipótese predatória à cidade exposta: metamorfoses da insegurança urbana*.

Reid, I. D., Appleby-Arnold, S., Brockdorff, N., Jakovljev, I., & Zdravković, S. (2020). Developing a model of perceptions of security and insecurity in the context of crime. *Psychiatry, Psychology, and Law: An Interdisciplinary Journal of the Australian and New Zealand Association of Psychiatry, Psychology and Law*, *27*(4), 620–636. https://doi.org/10.1080/13218719.2020.1742235

Riger, S., LeBailly, R. K., & Gordon, M. T. (1981). Community ties and urbanites' fear of crime: An ecological investigation. *American Journal of Community Psychology*, *9*(6), 653–665. https://doi.org/10.1007/bf00896247

Robinson, J. B., Lawton, B. A., Taylor, R. B., & Perkins, D. D. (2003). Multilevel longitudinal impacts of incivilities: Fear of crime, expected safety, and block satisfaction. *Journal of Quantitative Criminology*, *19*(3), 237–274. https://doi.org/10.1023/a:1024956925170

Romer, D., Jamieson, K. H., & Aday, S. (2003). Television news and the cultivation of fear of crime. *The Journal of communication*, *53*(1), 88–104. https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2003.tb03007.x

Rountree, P. W. (1998). A reexamination of the crime-fear linkage. *Journal of Research in*

Crime and Delinquency, *35*, 341–372.

Rountree, P. W., & Land, K. C. (1996). Perceived risk versus fear of crime: Empirical evidence of conceptually distinct reactions in survey data. *Social Forces; a Scientific Medium of Social Study and Interpretation*, *74*(4), 1353–1376. https://doi.org/10.1093/sf/74.4.1353

Rountree, Pamela Wilcox, & Land, K. C. (1996). Burglary victimization, perceptions of crime risk, and routine activities: A multilevel analysis across Seattle neighborhoods and census tracts. *The Journal of Research in Crime and Delinquency*, *33*(2), 147–180. https://doi.org/10.1177/0022427896033002001

Russell, M., & Davey, G. C. L. (1993). The relationship between life event measures and anxiety and its cognitive correlates. *Personality and Individual Differences*, *14*(2), 317–322. https://doi.org/10.1016/0191-8869(93)90129-q

Sahlin Lilja, H. (2021). *The Emergente, Establishment och Expansion of Fear of Crime Research in Sweden*.

Sampson, R. J., Raudenbush, S. W., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. *Science (New York, N.Y.)*, *277*(5328), 918–924. https://doi.org/10.1126/science.277.5328.918

Scarborough, B. K., Like-Haislip, T. Z., Novak, K. J., Lucas, W. L., & Alarid, L. F. (2010). Assessing the relationship between individual characteristics, neighborhood context, and fear of crime. *Journal of Criminal Justice*, *38*(4), 819–826. https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2010.05.010

Scheider, M. C., Rowell, T., & Bezdikian, V. (2003). The impact of citizen perceptions of community policing on fear of crime: Findings from twelve cities. *Police Quarterly*, *6*, 363–386.

Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. (2024). Disponível em https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Paginas/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-Global-Peace-Index-.aspx

Shaw, C. R., & McKay, H. D. (1972). *Juvenile delinquency and urban areas*. University of Chicago Press.

Skogan, W. G. (1990). *Disorder and Decline: Crime and the Spiral of Decay in American Cities*. The Free Press.

Skogan, W., & Maxfield, M. (1981). *Coping with crime: Individual and neighborhood reactions*. Sage Publications.

Skogan, Wesley. (1986). Fear of crime and neighborhood change. *Crime and justice*, *8*, 203–229. https://doi.org/10.1086/449123

Slovic, P., Finucane, M. L., Peters, E., & MacGregor, D. G. (2004). Risk as analysis and risk as feelings: some thoughts about affect, reason, risk, and rationality. *Risk Analysis: An Official Publication of the Society for Risk Analysis*, *24*(2), 311–322.

https://doi.org/10.1111/j.0272-4332.2004.00433.x

Stafford, M. C., & Galle, O. R. (1984). Victimization rates, exposure to risk, and fear of crime. *Criminology; an Interdisciplinary Journal*, *22*(2), 173–185. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1984.tb00295.x

Sundeen, R. A., & Mathieu, J. T. (1976). The fear of crime and its consequences among elderly in three urban communities. *The Gerontologist*, *16*(3), 211–219. https://doi.org/10.1093/geront/16.3.211

Sutton, R. M. & Farrall, S. (2005). Gender, Socially Desirable Responding and the Fear of Crime, *British Journal of Criminology, 45*, 212-224.

Taylor, I., & Jamieson, R. (1998). Fear of Crime and Fear of Falling: English Anxieties Approaching the Millennium. *Archives Europeanee de Sociologie*, *19*(1), 149–175.

Taylor, R. B. (1996). *Neighborhood responses to disorder and local attachments: The systemic model of attachment, social disorganization, and neighborhood use value Sociological Forum*. *11*, 41–74.

Truman, J. L. (2005). *Predictors of fear of crime and the relationship of crime rates and fear of crime*.

Tulloch, J., Lupton, D., Blood, W., Tulloch, M., Jennett, C., & Enders, M. (1998). *Fear of Crime. Canberra: Centre for Cultural Risk Research for the NCAVAC Unit for the NCAVAC*. AttorneyGeneral's Department.

Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under uncertainty: Heuristics and biases: Biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty. *Science (New York, N.Y.)*, *185*(4157), 1124–1131. https://doi.org/10.1126/science.185.4157.1124

Valente, R., & Valera Pertegas, S. (2018). Ontological insecurity and subjective feelings of unsafety: Analysing socially constructed fears in Italy. *Social Science Research*, *71*, 160–170. https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2017.11.007

Vilalta, C. J., Lopez, P., Fondevila, G., & Siordia, O. (2020). Testing broken windows theory in Mexico city: Broken windows theory in Mexico city. *Social Science Quarterly*, *101*(2), 558–572. https://doi.org/10.1111/ssqu.12760

Visser, M., Scholte, M., & Scheepers, P. (2013). Fear of crime and feelings of unsafety in European countries: Macro and micro explanations in cross-national perspective. *The Sociological Quarterly*, *54*(2), 278–301. https://doi.org/10.1111/tsq.12020

Warr, M. (1984a). Fear of victimisation: Why are women and the elderly more afraid? *Social Science Quarterly*, *65*, 68–702.

Warr, M. (1984b). Fear of Victimization: Why Are Women and the Elderly More Afraid? *Social Science Quarterly*, *65*(3), 681–702.

Weinrath, M., & Gartrell, J. (1996). Victimization and fear of crime. *Violence and Victims*,

11(3), 187–197. https://doi.org/10.1891/0886-6708.11.3.187

Weisburd, D., Lewis, D. A., & Salem, G. (1987). Fear of crime: Incivility and the production of a social problem. *Contemporary sociology*, *16*(6), 844. https://doi.org/10.2307/2071574

Wilcox, P., Jordan, C. E., & Pritchard, A. J. (2007). A Multidimensional Examination of Campus Safety: Victimization, Perceptions of Danger, Worry About Crime, and Precautionary Behavior Among College Women in the Post-Clery Era. *Crime and Delinquency*, *53*, 219–254.

Wilcox, Pamela, Quisenberry, N., Cabrera, D. T., & Jones, S. (2004). Busy places and broken windows? Toward defining the role of physical structure and process in community crime models. *The Sociological Quarterly*, *45*(2), 185–207. https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2004.tb00009.x

Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). *Broken Windows. The Atlantic Monthly*. *249*, 29–38.

Wilson, Q. J., & Kelling, G. (1982). The Police and Neighborhood Safety: Broken Windows. *Atlantic Monthly*, *127*, 29–38.

Wyant, B. R. (2008). Multilevel impacts of perceived incivilities and perceptions of crime risk on fear of crime: Isolating endogenous impacts. *The Journal of Research in Crime and Delinquency*, *45*(1), 39–64. https://doi.org/10.1177/0022427807309440

Yuan, Y., & McNeeley, S. (2017). Social ties, collective efficacy, and crime-specific fear in Seattle neighborhoods. *Victims & Offenders*, *12*(1), 90–112. https://doi.org/10.1080/15564886.2015.1006799

Yuan, Y., McNeeley, S., & Melde, C. (2024). Understanding the fear of crime and perceived risk across immigrant generations: Does the quality of social ties matter? *Crime and Delinquency*, *70*(3), 812–843. https://doi.org/10.1177/00111287221113306

Zhao, J. S., Lawton, B., & Longmire, D. (2015). An examination of the micro-level crime–fear of crime link. *Crime and Delinquency*, *61*(1), 19–44. https://doi.org/10.1177/0011128710386203

Ziegler, R., & Mitchell, D. B. (2003). Aging and fear of crime: An experimental approach to an apparent paradox. *Experimental Aging Research*, *29*(2), 173–187.

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**